

DIREITO ADMINISTRATIVO

01. Um munícipe que herdou de seu pai um terreno urbano foi cientificado, pela Prefeitura, de que ao mesmo seria aplicado o IPTU progressivo no tempo, na forma do Estatuto da Cidade, da lei municipal que o regulamentou e do Plano Diretor, uma vez que já findara o prazo fixado para a edificação compulsória do referido imóvel, nos termos da notificação pertinente, recebida pelo falecido e averbada no RGI. O novo proprietário insurgiu-se contra a medida, ingressando em juízo. Nessas circunstâncias, a ação judicial por ele proposta terá o seguinte resultado:

- A) obterá decisão favorável, porque a CF/88 resguarda o direito de herança
- B) não vingará, já que o interesse público sempre se sobrepõe ao interesse particular
- C) não logrará êxito, porque as iniciativas da municipalidade têm previsão no Estatuto da Cidade
- D) será bem sucedida, pois seu autor está amparado pelo direito de propriedade, de assento constitucional
- E) será julgada a seu favor, porque a transmissão *causa mortis* é forma de aquisição originária de propriedade

02. Sobre a concessão de serviço público, pode-se afirmar que:

- A) o edital poderá prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento
- B) é a delegação da prestação do serviço público, mediante licitação, na modalidade pregão, à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, por prazo determinado
- C) são direitos dos usuários, dentre outros, obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha entre vários prestadores de serviços, vedada toda e qualquer forma de concessão de serviço público em regime de monopólio
- D) serviço público é prestado adequadamente quando satisfaz às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e, quanto aos essenciais, gratuidade das tarifas
- E) a concessionária deverá explorar outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, obrigatoriamente voltadas a favorecer a modicidade das tarifas

03. Quanto às licitações, pode-se afirmar que:

- A) as empresas públicas e sociedades de economia mista, por estarem submetidas ao mesmo regime jurídico das empresas do setor privado, não estão obrigadas a precederem seus contratos de licitação
- B) todas as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação devem estar expressamente contempladas na legislação federal
- C) não pode haver contratação sem licitação quando o valor do contrato for superior a R\$8.000,00 (oito mil reais)
- D) todo parcelamento de compras é considerado fracionamento ilegal de licitação
- E) os casos de padronização podem autorizar a preferência de marca

04. Quanto à autonomia e independência das agências reguladoras, pode-se afirmar que:

- A) a autonomia da agência impede a anulação de seus atos pelo Poder Judiciário
- B) a independência da agência impede a anulação de seus atos pelo Poder Judiciário
- C) a independência e a autonomia da agência impedem a anulação de seus atos pelo Poder Judiciário
- D) a independência e a autonomia da agência impedem a revogação de seus atos pelo Poder Judiciário
- E) a independência e a autonomia impedem tanto a anulação como a revogação dos seus atos pelo Poder Judiciário

05. A respeito dos princípios do Direito Administrativo Brasileiro, verifica-se que:

- A) o princípio da legalidade sobrepõe-se ao princípio da segurança jurídica
- B) o princípio concursivo destina-se apenas à investidura na administração direta
- C) a CF/88 contém os princípios expressos no art. 37, *caput*, e princípios implícitos
- D) o princípio constitucional da economicidade respeita exclusivamente à atuação dos Tribunais de Contas, nos termos do art. 70, *caput*, da CF/88
- E) o princípio da motivação é de observância obrigatória apenas nas decisões administrativas dos tribunais, conforme o art. 93, IX, da CF/88

06. Com respeito à preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos da Administração, pode-se afirmar que:

- A) a revisão deve ter índice previsto no contrato
- B) tanto o reajuste como a revisão devem ter índices previstos no contrato
- C) é vedada a revisão de contratos administrativos em período anterior a doze meses de sua celebração
- D) a revisão decorre do reconhecimento de circunstâncias imprevistas e imprevisíveis, que causem onerosidade excessiva para uma das partes
- E) o reajuste decorre do reconhecimento de circunstâncias imprevistas e imprevisíveis, que causem onerosidade excessiva para uma das partes

07. Em matéria de orientação da elaboração dos projetos de leis orçamentárias, pode-se afirmar que:

- A) o plano plurianual deve contemplar apenas as despesas de capital
- B) a lei de diretrizes orçamentárias contempla as despesas de capital para um período de quatro anos
- C) é vedada a transposição de recursos de uma categoria de programação para outra, salvo se houver autorização legislativa
- D) é vedada a transposição de recursos de uma categoria de programação para outra, ressalvadas as despesas correntes
- E) é vedada a transposição de recursos de uma categoria de programação para outra, ressalvadas as despesas de capital

08. Com relação à responsabilidade civil estatal, pode-se afirmar-se que:

- A) a responsabilidade civil objetiva do Estado prevista na Constituição Federal de 1988 não se aplica às pessoas jurídicas que compõem a Administração Pública Indireta
- B) a responsabilização objetiva estatal implica a inversão do ônus da prova, impondo à Administração o dever de provar que seus agentes não agiram com dolo ou culpa
- C) o Estado é sempre irresponsável civilmente por atos legislativos típicos, tendo em vista a presunção de constitucionalidade das leis e a inviolabilidade civil dos parlamentares por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos
- D) as Agências Reguladoras, tal como tradicionalmente criadas no direito brasileiro, e por serem pessoas jurídicas regidas pelo direito privado, não respondem objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiros
- E) a Constituição Federal de 1988 consagrou a teoria do risco administrativo para todas as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos, fazendo com que respondam objetivamente pelos danos causados por seus agentes, quando agirem nessa qualidade

09. Sobre a Polícia Administrativa ou Poder de Polícia, pode-se afirmar-se que:

- A) é uma prerrogativa inerente às entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público, integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, consistente em tutelar bens, direitos e atividades privadas, em prol do interesse público, máxime os direitos fundamentais
- B) é uma prerrogativa inerente às entidades que compõem a Administração Pública Direta e Indireta, consistente em tutelar bens, direitos e atividades privadas, em prol do interesse público, máxime os direitos fundamentais
- C) é uma prerrogativa inerente às entidades que compõem a Administração Pública Indireta, consistente em tutelar bens, direitos e atividades privadas, em prol do interesse público, máxime os direitos fundamentais
- D) os Municípios, em razão de sua atribuição constitucional para tutelar interesses públicos locais, detêm competência privativa para legislar sobre todos os temas que digam respeito à polícia administrativa
- E) é exteriorizado por meio de ordem de polícia, consentimentos de polícia, tais como alvarás, licenças e autorizações, de fiscalização de polícia e de sanção de polícia, sempre auto-executória

10. A tredestinação é:

- A) a vinculação de um bem a uma atividade de interesse público
- B) o processo de desafetação de bem público com vistas à sua alienação
- C) a delimitação de área em que se instituiu reserva de proteção ambiental
- D) a tríple classificação dos bens públicos de uso comum, de uso especial e dominicais
- E) o emprego de bem expropriado em fim diverso da utilidade pública ou interesse social que motivou sua desapropriação

11. Com respeito aos atos administrativos, é **incorreto** afirmar que:

- A) tem como elementos a competência, a finalidade, o objeto, o motivo e a vinculação
- B) possui como atributos a imperatividade, a presunção de legalidade e a auto-executoriedade
- C) de acordo com a formação da vontade administrativa, os atos administrativos podem ser classificados em atos simples, compostos e complexos
- D) o ato de aposentadoria é considerado ato complexo, uma vez que somente se aperfeiçoa com seu registro perante o Tribunal de Contas competente
- E) os atos administrativos compostos são aqueles que não se compõem de vontades autônomas, embora sejam elas múltiplas, como, por exemplo, um ato de autorização sujeito a outro ato confirmatório, como um visto

12. Com respeito às concessões de serviços públicos, pode-se afirmar que:
- A) ao final de um contrato de concessão de serviço público, todo o patrimônio da concessionária, não afetado ao serviço, que não tenha sido amortizado durante a sua vigência é considerado bem reversível e passa a integrar o patrimônio do poder concedente
 - B) ao final de um contrato de concessão de serviço público, qualquer que seja o motivo da sua extinção, todo o patrimônio da concessionária, afetado ou não ao serviço, é considerado bem reversível e passa a integrar o patrimônio do poder concedente
 - C) ao final de um contrato de concessão de serviço público, em decorrência de encampação, todo o patrimônio da concessionária, afetado ou não ao serviço, é considerado bem reversível e passa a integrar o patrimônio do poder concedente
 - D) ao final de um contrato de concessão de serviço público, em decorrência de rescisão, todo o patrimônio da concessionária, afetado ou não ao serviço, é considerado bem reversível e passa a integrar o patrimônio do poder concedente
 - E) ao final de um contrato de concessão de serviço público, todo o patrimônio afetado ao serviço que tenha sido amortizado é considerado bem reversível e passa a integrar o patrimônio do poder concedente
13. Com referência ao ato administrativo e sua relação com outros ramos do direito, é **incorreto** afirmar que:
- A) são elementos dos atos administrativos a competência, a forma, o motivo, o objeto e a finalidade. Seus atributos são a presunção de legalidade e legitimidade, coercitividade ou imperatividade e auto-executoriedade
 - B) no que respeita ao princípio da autotutela, a Administração tem a faculdade de anular e revogar seus próprios atos, respectivamente, por razões de conveniência e oportunidade e de ilegalidade
 - C) como regra, são independentes as instâncias civil, penal e administrativa, porém, a decisão penal que negue a existência do fato ou sua autoria vincula as demais instâncias
 - D) o Poder Judiciário não possui total liberdade para controlar o mérito das decisões proferidas no âmbito de processo administrativo disciplinar
 - E) pratica ato de improbidade administrativa o agente público que viola o dever de lealdade para com as instituições públicas

14. Um servidor público municipal estatutário é eleito para exercer mandato de vereador no mesmo Município a que está funcionalmente vinculado. Nessa situação, observa-se que:
- A) como já é servidor público municipal, não poderá acumular as funções, pois o duplo vínculo com o mesmo ente federativo é vedado pela Constituição da República
 - B) a eleição e diplomação do servidor como vereador implica, obrigatória e automaticamente, no seu afastamento do cargo público, passando a perceber somente as vantagens da vereança
 - C) como o exercício de mandato eletivo é um *munus* público, não há qualquer impedimento para que o servidor perceba concomitantemente as vantagens relativas à vereança e ao seu cargo público
 - D) o servidor poderá continuar percebendo as vantagens do seu cargo público juntamente à remuneração pela vereança, desde que haja compatibilidade de horários no desempenho das duas funções
 - E) como o exercício de mandato eletivo é um *munus* público, o servidor não será remunerado pela vereança, mantendo as vantagens de seu cargo público, ainda que menores que aquelas conferidas aos vereadores
15. A respeito do tombamento, pode-se afirmar que:
- A) é utilizado também com o propósito de proteger a integridade de áreas de interesse ambiental
 - B) se recair sobre bem particular, pode eventualmente acarretar o pagamento de indenização
 - C) limita somente o uso e gozo do bem tombado, mantendo-se íntegra sua disposição
 - D) pode ser declarado em caráter definitivo sem a oitiva do proprietário do imóvel
 - E) somente pode ser declarado pela União
16. Sobre a desapropriação, é correto afirmar:
- A) todas as desapropriações são necessariamente executadas e ultimadas judicialmente
 - B) o Município só pode promover desapropriação mediante pagamento de indenização em dinheiro
 - C) os destinatários dos bens expropriados sempre serão entes do Poder Público ou seus delegatários
 - D) a desapropriação para fins de reforma agrária pode ser promovida indistintamente por todos os entes federativos
 - E) somente entes federativos podem declarar o bem como sendo de utilidade pública ou de interesse social para fins expropriatórios

17. A interdição de um imóvel pela autoridade municipal, que verificou o risco de desabamento, é medida:
- A) preliminar ao confisco administrativo do bem
 - B) de polícia urbanística, amparada no dever de zelar pela incolumidade pública
 - C) exequível se assim prevista no código de obras e se precedida da requisição do bem
 - D) que exige prévia ordem judicial para ser efetivada, no Estado Democrático de Direito
 - E) dependente do consentimento expresso do proprietário, cujo direito compreende as faculdades de usar, gozar e fruir do bem

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

18. São espécies de cognição horizontal:
- A) plena e limitada
 - B) plena e exauriente
 - C) limitada, sumária e superficial
 - D) exauriente, sumária e superficial
 - E) plena, limitada, exauriente, sumária e superficial
19. A legitimidade extraordinária pode ser classificada como:
- A) exclusiva, concorrente e disjuntiva
 - B) exclusiva, concorrente e subsidiária
 - C) concorrente e subsidiária
 - D) subsidiária e disjuntiva
 - E) exclusiva e subsidiária
20. Acerca do controle jurisdicional da constitucionalidade de leis e atos do Poder Público **não** se pode dizer que:
- A) a questão prejudicial da inconstitucionalidade pode ser objeto de ação declaratória incidental
 - B) apenas o tribunal pleno, pela maioria absoluta de seus membros, pode reconhecer a inconstitucionalidade de lei e ato normativo
 - C) o juiz monocrático pode, por si, reconhecer incidentalmente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, o que não pode ser feito por desembargador
 - D) a decisão proferida no controle concentrado opera-se *erga omnes*, afirmando a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da norma jurídica analisada
 - E) no controle difuso, exercido por qualquer órgão jurisdicional em qualquer processo, a questão da constitucionalidade da lei ou do ato normativo é prejudicial, não constituindo objeto do processo

21. Segundo o Código de Processo Civil Brasileiro, as ações podem ser classificadas como:
- A) cíveis e penais
 - B) pessoais, reais e mistas
 - C) de conhecimento, de execução e cautelar
 - D) condenatórias, constitutivas e declaratórias
 - E) condenatórias e cominatórias em obrigação de fazer e não fazer
22. **Não** constitui dever das partes no processo:
- A) agir com lealdade e boa-fé
 - B) expor o fato em juízo conforme a verdade
 - C) não produzir defesa quando destituída de fundamento
 - D) não praticar atos desnecessários à declaração do direito
 - E) estar presente em todas as audiências designadas pelo juízo
23. Quanto à coisa julgada nas ações coletivas, **não** se pode dizer que:
- A) adota a sistemática da coisa julgada *secundum eventum litis*
 - B) quando a ação versa sobre direitos difusos, a sentença faz sempre coisa julgada material *erga omnes*
 - C) se afasta do sistema tradicional do Código de Processo Civil, no qual a formação da coisa julgada não depende do resultado do processo
 - D) quando a ação versar sobre direitos e interesses individuais homogêneos, existirá coisa julgada material, porém com efeito *inter partes*, toda vez que houver a improcedência do pedido
 - E) se a ação coletiva para defesa de direitos individuais homogêneos for improcedente, os lesados que não forem litisconsortes do autor coletivo poderão propor ação indenizatória a título individual
24. Com base nas regras de fixação de competência, **não** se pode afirmar que:
- A) a ação de nunciação de obra nova pode ser proposta no foro do domicílio do autor, ainda que diverso do foro da situação da coisa
 - B) admite-se a instituição, por meio de lei estadual de organização judiciária, de juízo privativo da Fazenda Pública, porém ela não altera a competência territorial resultante das leis do processo
 - C) correndo em separado ações civis públicas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto, perante juízes que tenham a mesma competência territorial, a propositura da ação prevenirá a jurisdição
 - D) a cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão sob a égide da Lei 8078/90, deve ser declarada nula de ofício pelo juiz, considerando, neste caso, como absoluta a competência do foro do domicílio do consumidor
 - E) quando se atribui a órgãos diversos a competência original e a recursal para um mesmo processo, cabendo a cada um deles o exercício de um grau de jurisdição, estamos diante de uma competência funcional, que é de natureza absoluta e inderrogável

25. Tício propõe ação em face de Mévia e de seu cônjuge, Caio, pleiteando a anulação do contrato de compra e venda firmado entre eles, sob a alegação de estar eivado de vício resultante de dolo.

Citados regularmente, Caio mantém-se inerte e Mévia, no último dia, oferece contestação por meio de advogado sem instrumento de mandato, que se compromete a exibi-lo no prazo de 15 dias. Findo o prazo, o advogado não junta procuração nem requer a prorrogação do prazo.

Considerando-se as circunstâncias, é recomendável que:

- A) seja decretada a revelia tão somente de Caio, que não acarretará, todavia, a presunção de veracidade dos fatos afirmados na petição inicial, por se tratar de litisconsórcio passivo e unitário
- B) seja determinada a regularização da representação processual, fixando-se prazo para ser sanado o defeito, sob pena de revelia de ambos os réus
- C) seja o processo considerado nulo *ab initio*, uma vez que a capacidade postulatória do advogado constitui pressuposto processual de validade
- D) seja decretada a revelia tão somente de Caio, presumindo-se verdadeiros, em relação a ele, os fatos afirmados na petição inicial
- E) seja decretada a revelia de ambos os réus, ante a inexistência do ato processual praticado por Mévia

26. De acordo com os princípios da teoria geral do processo, é **incorreto** afirmar que:

- A) como corolário do princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional, não pode o juiz, a pretexto de lacuna ou obscuridade da lei, escusar-se de proferir decisão
- B) a sentença proferida no procedimento de jurisdição voluntária pode ser modificada, sem prejuízo dos efeitos já produzidos, bastando a ocorrência de circunstâncias supervenientes
- C) o Ministério Público não possui legitimidade para, na defesa dos contribuintes, promover ação civil pública, visando a impedir a cobrança de tributo taxado de inconstitucional, segundo disposição expressa da lei
- D) o princípio da indelegabilidade é um dos princípios inerentes à jurisdição, e é excepcionado quando o juiz, impossibilitado de realizar ato processual fora dos limites da comarca, pede a cooperação de outro órgão jurisdicional por meio da expedição de carta precatória
- E) exercendo a jurisdição, o Estado substitui, com uma atividade sua, as atividades daqueles que estão envolvidos no conflito trazido à apreciação, sendo vedado ao titular de uma pretensão invadir a esfera jurídica alheia para satisfazer-se, salvo excepcionalmente

27. Com respeito às modalidades de resposta, é **incorreto** afirmar que:

- A) a contestação por negação geral não acarretará a presunção de veracidade dos fatos não impugnados, quando o litígio versar sobre questões de estado e capacidade das partes
- B) em se tratando de réu citado por hora certa ou edital, a contestação apresentada pelo curador especial deverá observar o princípio do ônus da impugnação especificada, salvo versando a lide sobre direitos indisponíveis
- C) contestação, reconvenção e exceção são as três espécies de resposta admitidas no ordenamento jurídico pátrio, e o oferecimento de uma delas não impede o oferecimento das demais, já que possuem finalidade diversa
- D) a reconvenção possui plena autonomia em relação à ação principal, não obstando o seu prosseguimento a desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, devendo o vencido na reconvenção suportar os ônus decorrentes da sucumbência, independentemente do resultado e da sucumbência na ação principal
- E) para que se possa admitir a reconvenção, exige-se que o juízo da causa principal não seja absolutamente incompetente para apreciar a demanda reconvenicional, a compatibilidade entre os procedimentos aplicáveis à causa principal e à reconvenção, a pendência do processo da causa principal e a conexão entre a reconvenção e a ação principal ou com o fundamento da defesa

28. Sobre o processo de desapropriação, é **incorreto** afirmar que:

- A) a defesa só pode versar sobre vícios do processo judicial e impugnação do preço
- B) a ausência de contestação não implica revelia quanto ao valor da justa indenização
- C) se o juiz verificar que há dúvida quanto ao domínio, o preço ficará em depósito, ressalvada aos interessados a ação própria para disputá-lo
- D) os bens expropriados, uma vez incorporados à Fazenda Pública, não podem ser objeto de reivindicação, salvo quando fundada em nulidade do processo de desapropriação
- E) da sentença que fixa o preço da indenização caberá apelação com efeito meramente devolutivo, quando interposta pelo expropriado, e com ambos os efeitos, quanto o for pelo expropriante

29. Com respeito à sentença, recurso e ação rescisória, **não** se pode afirmar que:

- A) constitui sentença *ultra petita* aquela que condena ao pagamento das prestações vincendas, se o autor não formulou pedido expresso neste sentido, na peça inicial
- B) sentença proferida por juiz que, originariamente, era suspeito ou relativamente incompetente, não padece de qualquer vício que justifique a propositura de ação rescisória
- C) a dúvida objetiva sobre o recurso cabível contra determinado pronunciamento judicial, inexistindo erro grosseiro da parte na interposição do recurso, abre ensejo para aplicação do princípio da fungibilidade dos recursos
- D) a ação rescisória é ação autônoma de impugnação, de natureza constitutiva negativa quanto ao juízo rescindendo, dando ensejo à instauração de outra relação processual distinta daquela em que foi proferida a decisão rescindenda
- E) o princípio da correlação entre pedido e sentença, que veda a prolação de sentença *ultra petita*, *extra petita*, e *citra petita*, não impede o reconhecimento pelo juiz, de ofício, das matérias de ordem pública, sejam matérias de direito material, sejam de direito processual

30. O prazo para que o réu interponha reconvenção é:

- A) próprio, legal e dilatório
- B) próprio, judicial e dilatório
- C) próprio, legal e peremptório
- D) impróprio, judicial e peremptório
- E) impróprio, convencional e dilatório

31. Ocorre litisconsórcio necessário comum na seguinte hipótese:

- A) ação reivindicatória proposta por co-proprietários de bem imóvel
- B) ação de anulação de casamento proposta em face dos cônjuges pelo Ministério Público
- C) ação de indenização por danos materiais proposta por vítimas de um mesmo acidente de trânsito
- D) ação popular proposta em face de autarquia e dos agentes públicos que houverem praticado o ato impugnado
- E) ação de anulação de contrato de compra e venda, promovida por credor em face de seu devedor e do adquirente do bem, fundada em fraude contra credor

32. A ação popular é instrumento de defesa dos interesses da coletividade expressamente previsto no art. 5º, inciso LXXIII da Constituição Federal brasileira, sendo ainda objeto de regulamentação pela Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965. Acerca de referida ação constitucional, é **incorreto** afirmar que:

- A) a procedência da ação poderá importar na imposição de sanções de natureza civil, administrativa, política e criminal
- B) transitada em julgado sentença condenatória, a execução de sentença poderá ser promovida por qualquer cidadão, inclusive por aquele que não tenha figurado como parte no processo de conhecimento
- C) a pessoa jurídica de direito público cujo ato seja objeto de impugnação poderá integrar o pólo ativo da lide, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente
- D) ainda que ajuizada em face do Presidente da República, do Presidente do Senado Federal, do Presidente da Câmara dos Deputados, do Governador ou do Prefeito, a ação popular será processada e julgada perante juízo de primeiro grau de jurisdição
- E) a sentença definitiva, uma vez transitada em julgado, produzirá efeitos *erga omnes*, exceto quando a improcedência resultar da deficiência de prova, hipótese em que a ação popular poderá ser renovada com idêntico fundamento, desde que se indiquem novas provas

33. Tício exerceu seu direito de ação postulando provimento jurisdicional destinado a condenar Mévio a adimplir um contrato que alegou ter com este celebrado. Citado, Mévio alegou e cabalmente comprovou que o contraente inadimplente é Caio. Neste caso, o juiz deve:

- A) julgar o processo extinto em razão da comprovada e evidente ilegitimidade passiva de Mévio
- B) abrir vista ao autor para emendar a inicial mesmo contra a vontade do réu, tudo em nome da economia processual
- C) reconsiderar a decisão de recebimento da inicial, julgando extinto o processo considerando que Tício não tinha o direito alegado
- D) julgar antecipadamente a lide dando o pedido como improcedente, pois nosso direito adotou a teoria da asserção para aferição das condições da ação
- E) dar andamento ao processo abrindo-se às partes a oportunidade para produzirem provas e percorrer todas as fases do processo, já que o direito à ampla defesa é indisponível

34. Acerca da disciplina dos recursos no Código de Processo Civil brasileiro, é **incorreto** afirmar que:

- A) a interposição de recurso de apelação em face de sentença terminativa nem sempre devolve-rá ao tribunal a análise do mérito da causa
- B) cabem embargos infringentes em face de acórdão não unânime que, no julgamento de recurso de apelação, mantém a sentença de mérito
- C) recebido recurso de apelação interposto em face de sentença que indefere a petição inicial, os autos serão encaminhados ao tribunal imediatamente
- D) não está sujeita ao duplo grau obrigatório de jurisdição a sentença proferida contra o Município, fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal
- E) da decisão deferitória de antecipação de tutela somente será admissível a interposição de agravo na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação

DIREITO CONSTITUCIONAL

35. No que se refere aos direitos e garantias fundamentais, pode-se afirmar que:

- A) a liberdade de expressão tem por corolário o direito ao anonimato
- B) os estrangeiros não são titulares de direitos e garantias fundamentais
- C) o princípio do devido processo legal se aplica apenas aos processos judiciais
- D) as normas legais de ordem pública não se sujeitam ao princípio constitucional de que a lei não pode prejudicar o direito adquirido
- E) o direito de propriedade não impede o uso da propriedade particular pela autoridade competente, que poderá requisitá-la no caso de iminente perigo público, sendo assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano

36. A Constituição brasileira é, por vezes, considerada uma constituição dirigente, porque:

- A) visa a desenvolver uma sociedade socialista e igualitária
- B) tem objetivos permanentes, como a construção de uma sociedade livre e justa
- C) visa a que o Brasil se torne um país onde não haja lugar para grandes desigualdades de renda
- D) obriga o Estado a não promover políticas que, a pretexto de exigências internacionais, sacrifiquem o desenvolvimento econômico-social do país
- E) tem um programa básico, a que todos os governos devem obedecer, como o direito individual, assegurado a todos os cidadãos, de serem proprietários dos meios de produção

37. Com respeito aos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que:

- A) é assegurado ao preso o direito ao voto
- B) em nenhum caso é admitida a pena de morte
- C) é permitida a extradição de estrangeiros pela prática de crime político e de opinião
- D) em certas hipóteses, a casa é violável, sendo possível o ingresso sem a autorização do morador
- E) em casos excepcionais, é admitido o trabalho forçado e a pena de banimento ao condenado por crime hediondo

38. O Município desenvolve política de desenvolvimento urbano, com objetivo de ordenar o uso e o desenvolvimento das funções da cidade e assegurar o bem-estar de seus moradores. Para este fim, está obrigado a:

- A) confiscar terreno urbano não edificado
- B) sempre cobrar IPTU progressivo no tempo
- C) elaborar lei que preveja edificação compulsória em solo urbano, cujo proprietário seja devedor de ISS
- D) elaborar o plano diretor que é aprovado pela Câmara Municipal, quando tiver mais de vinte mil habitantes
- E) desapropriar imóveis urbanos quando necessário, com prévia e justa indenização em títulos do tesouro municipal

39. A atuação da União, sob forma de monopólio, no campo da atividade econômica, prevista no art. 177 da Constituição Federal, **não** se estende à seguinte atividade:

- A) refino de petróleo nacional ou estrangeiro
- B) pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos
- C) transporte, por meio de conduto de petróleo bruto e gás natural somente de origem nacional
- D) transporte marítimo de petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no país
- E) pesquisa, lavra, enriquecimento, reprocessamento, industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados

40. **Não** constitui princípio assegurado pela ordem econômica:

- A) livre concorrência
- B) defesa do consumidor
- C) defesa do meio ambiente
- D) função social da propriedade
- E) imunidade tributária das empresas públicas

41. O direito de ir e vir é assegurado pela Constituição Federal, nos seguintes termos:
- A) pela via do *habeas-corpus*, sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, observado o disposto no art. 142, §2º da Constituição
 - B) pela via do *habeas-corpus*, sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder cometidos pelos órgãos policiais
 - C) pela via do *habeas-corpus*, preventivamente, nos casos de coação causada por autoridades e agentes públicos
 - D) pela via do mandado de segurança, por ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública
 - E) em qualquer circunstância, desde que comprovado o cerceamento da liberdade da pessoa
42. O art. 173 da Constituição Federal, ao elencar as circunstâncias nas quais é admitida a exploração direta da atividade econômica pelo Estado, **não** prevê que seja realizada na seguinte hipótese:
- A) se aprovada mediante plebiscito popular
 - B) se necessária ao interesse coletivo, conforme definido em lei
 - C) caso seja necessária aos imperativos da segurança nacional
 - D) quando efetuada por instituição bancária oficial, nos termos do art. 192, I
 - E) por determinação do Presidente da República, com a aprovação do Congresso Nacional
43. O Poder Legislativo pode controlar o abuso do exercício do poder regulamentar pelo chefe do Poder Executivo por meio de:
- A) estado de defesa
 - B) decreto legislativo
 - C) estado de sítio
 - D) decreto-lei
 - E) resolução
44. São instrumentos típicos do chamado federalismo cooperativo:
- A) concessões, convênios e regiões metropolitanas
 - B) concessões, contratos e regiões metropolitanas
 - C) consórcios, convênios e regiões metropolitanas
 - D) consórcios, concessões e contratos
 - E) contratos, consórcios e convênios
45. São representantes políticos escolhidos por meio do sistema eleitoral majoritário:
- A) Deputados Estaduais e Deputados Federais
 - B) Vereadores e Deputados Estaduais
 - C) Senadores e Deputados Federais
 - D) Senadores e Prefeitos
 - E) Vereadores e Prefeitos
46. A Constituição Federal permite a expropriação **não** indenizada de imóveis que apresentem a seguinte característica:
- A) existência de cultivo ilegal de plantas psicotrópicas
 - B) suspeita da exploração de trabalho escravo
 - C) localização em área de interesse ambiental
 - D) pouca ou nenhuma utilização
 - E) inequívoca improdutividade
47. É espécie legislativa submetida a sanção ou veto do chefe do Poder Executivo:
- A) decreto
 - B) resolução
 - C) lei ordinária
 - D) decreto legislativo
 - E) emenda constitucional
48. De acordo com a Constituição Federal, a seguridade social compreende:
- A) cultura, previdência e educação
 - B) habitação, cultura e meio ambiente
 - C) saúde, previdência e assistência social
 - D) habitação, assistência social e educação
 - E) planejamento urbano, saúde e meio ambiente
49. O Município possui competência constitucional para legislar sobre a seguinte matéria:
- A) trânsito
 - B) tributação
 - C) desapropriação
 - D) defesa do consumidor
 - E) abuso do poder econômico
50. No que diz respeito à organização do Estado, **não** se pode afirmar que:
- A) as regiões metropolitanas são entes da federação brasileira
 - B) a União Federal só pode intervir em Municípios localizados em Territórios
 - C) os Municípios detêm competência genérica para legislar sobre assuntos de interesse local
 - D) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios não prescinde da divulgação de estudos de viabilidade municipal, apresentados e divulgados na forma da lei
 - E) a União Federal poderá condicionar a entrega aos Municípios de parcelas das receitas federais que lhes são devidas, inclusive as cotas de fundo de participação, ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias

51. De acordo com a Constituição Federal, **não** constitui um princípio pelo qual se deva pautar o Brasil, no âmbito das relações internacionais:

- A) defesa da paz
- B) concessão de asilo político
- C) prevalência dos direitos humanos
- D) repúdio ao terrorismo e ao racismo
- E) intervenção em outros países para fins humanitários

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

52. João, casado com Maria no regime da comunhão universal de bens, faleceu em 01.01.2005, sem testamento, deixando um único filho. Na sucessão de João, de acordo com a ordem de vocação hereditária disposta na atual lei civil, é correto afirmar que:

- A) Maria ficará com 100% da herança do marido
- B) o filho ficará com 100% da herança do pai
- C) a herança será dividida, ficando 25% com Maria e 75% com o filho
- D) a herança será dividida, ficando 50% com Maria e 50% com o filho
- E) a herança será dividida, ficando 75% com Maria e 25% com o filho

53. Com respeito à disciplina normativa do direito de propriedade, **não** se pode afirmar que:

- A) a propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondente, em altura e profundidade úteis ao seu exercício, incluindo jazidas, minas, potenciais de energia hidráulica e recursos minerais de emprego imediato na construção civil
- B) o proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por utilidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente
- C) a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor
- D) são defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem
- E) a propriedade presume-se plena e exclusiva, até prova em contrário

54. Com respeito ao instituto de usucapião, pode-se afirmar que:

- A) de acordo com a Constituição da República, a aquisição dos bens públicos por usucapião está condicionada ao cumprimento da função social da posse pelo particular
- B) o Código Civil reduziu para 5 (cinco) anos o prazo da usucapião extraordinária, sendo assim, aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, possuir um imóvel pelo referido prazo, adquiere-lhe a propriedade
- C) o possuidor pode, para o fim de contar o tempo exigido para aquisição da propriedade por usucapião, acrescentar à sua posse a dos antecessores, contanto que sejam, em todos os casos, contínuas, pacíficas, com justo título e de boa-fé
- D) de acordo com o Código Civil, aquele que, por 10 (dez) anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquiere-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé, desde que nele haja estabelecido a sua moradia habitual, ou nele tenha realizado obras ou serviços de caráter produtivo
- E) o Estatuto da Cidade introduziu importante inovação em nosso ordenamento jurídico relativamente à aquisição da propriedade imóvel por usucapião, ao prever que aquele que possui como sua área urbana não-edificada de até 250 (duzentos e cinquenta) metros quadrados, por 5 (cinco) anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a apenas para sua própria moradia, adquiere-lhe o domínio, ainda que seja proprietário de imóvel rural

55. Com relação à aquisição da propriedade imóvel, **não** é correto afirmar que:

- A) são formas de aquisição da propriedade imóvel por acessão a avulsão e o abandono de alveo
- B) as plantações e construções são hipóteses de aquisição da propriedade imóvel por acessão
- C) a ocupação e a adjunção são formas de aquisição da propriedade imóvel contempladas no Código Civil
- D) as ilhas que se formarem em correntes comuns ou particulares pertencem aos proprietários ribeirinhos fronteirais
- E) a aluvião, uma das formas pelas quais se opera a aquisição da propriedade imóvel por acessão, pelos donos de terrenos marginais, dá-se, de acordo com o Código Civil, pelos acréscimos formados, sucessiva e imperceptivelmente, por depósitos e aterros naturais ao longo das margens das correntes, ou pelo desvio das águas destas

56. Em 19 de agosto de 2004, Joana, recém-chegada à cidade de Nova Iguaçu, alugou apartamento de propriedade de Pedro, celebrando contrato de locação residencial pelo prazo de 30 (trinta) meses. Um ano depois, Pedro, diante de tentadora oportunidade de emprego no Estado de Minas Gerais, decide vender seu imóvel, conquanto vigente o pacto locatício. Válber, comerciante local, oferece R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para pagamento à vista, pelo apartamento. Cumprindo os requisitos formais constantes da Lei de Locações (Lei Federal nº 8.245/91), Pedro procede regularmente à notificação extrajudicial de Joana, comunicando a proposta recebida, informando todas as condições do negócio e franqueando-lhe acesso ao exame de toda documentação pertinente, a fim de que a mesma possa exercer seu direito de preferência. Joana, no entanto, depois de 6 (seis) semanas de silêncio, manifesta, por escrito, a ausência de interesse na aquisição do apartamento. Pedro, então, celebra com Válber o contrato de compra e venda do imóvel, por escritura pública, procedendo-se ao registro do título translativo no registro de imóveis, em 13 de janeiro de 2006. A partir dos acontecimentos narrados, pode-se garantir que:

- A) o novo proprietário está sempre obrigado ao cumprimento do contrato de locação
- B) o contrato de compra e venda celebrado é nulo de pleno direito, porquanto, desprovido da posse direta do apartamento pela vigência do contrato de locação, não poderia o proprietário dispor do imóvel
- C) Válber tem o direito de denunciar o contrato de locação, com prazo de 90 (noventa) dias para desocupação, salvo se o contrato contiver cláusula de vigência em caso de alienação e estiver averbado junto à matrícula do imóvel
- D) como o contrato de locação produz efeitos somente entre os contratantes, restará extinto de pleno direito com a nova titularidade do direito de propriedade, haja vista constituir-se este em um direito subjetivo absoluto, a todos oponível
- E) como a venda foi realizada durante a vigência do contrato de locação, a locatária poderá, a teor do que dispõe a Lei de Locações, haver o imóvel locado para si, desde que deposite o preço e demais despesas do ato de transferência, no prazo de 6 (seis) meses, a contar do registro do título translativo no registro de imóveis

57. Apesar de ser proprietário de um único imóvel situado no Município de São José dos Campos, no Estado de São Paulo, Antônio Tenório, depois de sua aposentadoria, veio a estabelecer seu domicílio na cidade litorânea de Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro, onde residia sozinho em um imóvel alugado. Vítima de patologia cardíaca, Antônio veio a falecer no referido Município fluminense em janeiro de 1991. Considerando-se que Antônio era divorciado e que não possuía parente algum sucessível, o imóvel mencionado, por força da sucessão *causa mortis*, será integrado ao patrimônio da seguinte pessoa jurídica de direito público interno:

- A) União
- B) Estado de São Paulo
- C) Município de Cabo Frio
- D) Estado do Rio de Janeiro
- E) Município de São José dos Campos

58. Sobre a desconconsideração da personalidade jurídica, pode-se afirmar que:

- A) a desconconsideração da personalidade jurídica não pode ser declarada incidentalmente, a requerimento da parte, sendo necessária a propositura de ação autônoma
- B) a desconconsideração acarreta a extinção da pessoa jurídica, mas não impede os mesmos sócios de constituírem nova pessoa jurídica, desde que para explorar atividade diferente
- C) são hipóteses de desconconsideração da personalidade jurídica o desvio de finalidade, a confusão patrimonial e a verificação de débito tributário relativo a exercício em que houve distribuição de lucros aos sócios da pessoa jurídica
- D) a desconconsideração da personalidade jurídica de empresa estatal não é admissível, em razão de a execução da entidade federada controladora ter que ser realizada obrigatoriamente pelo regime do precatório, por força da Constituição Federal
- E) proposta execução fiscal pelo Município, se constatado que a sociedade devedora de ISS se dissolveu irregularmente, a base legal para a execução do patrimônio pessoal dos sócios administradores não é a teoria da desconconsideração da personalidade jurídica

59. No que respeita ao registro de sociedades, pode-se afirmar que:

- A) as sociedades cooperativas devem sempre ser registradas no Registro Civil de Pessoas Jurídicas e as sociedades anônimas devem sempre ser registradas no Registro Público de Empresas Mercantis
- B) sempre que a sociedade tiver personalidade jurídica, deverá ser registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sem prejuízo dos outros registros necessários
- C) a sociedade contratada entre profissionais liberais cujo trabalho constitua elemento de empresa deve ser registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas
- D) se a sociedade exercer atividade rural, não poderá ser registrada no Registro Público de Empresas Mercantis
- E) o empresário individual deve sempre registrar-se no Registro Civil de Pessoas Jurídicas

60. Com referência às empresas estatais, pode-se afirmar que:

- A) o direito positivo brasileiro não admite a criação de sociedade de economia mista municipal
- B) as empresas públicas caracterizam-se por sempre terem a totalidade de seu capital sob a titularidade da entidade federada controladora
- C) as empresas públicas e sociedades de economia mista não são criadas por lei, mas pela inscrição de seu ato constitutivo no registro próprio
- D) as sociedades de economia mista caracterizam-se por sempre terem a maioria de seu capital sob a titularidade da entidade federada controladora
- E) empresas públicas e sociedades de economia mista têm personalidade jurídica de Direito Privado e, por força da Constituição Federal, sujeitam-se, sob todos os aspectos e sem qualquer exceção, ao regime jurídico de direito privado

61. Sobre o contrato de arrendamento mercantil, pode-se dizer que:

- A) ao final do pagamento das prestações pactuadas, o arrendatário pode optar por adquirir o bem arrendado; caso contrário, terá necessariamente que devolvê-lo
- B) caso o arrendatário opte pela devolução do bem ao final do prazo contratual, a sociedade arrendadora terá que devolver as parcelas pagas a título de valor residual garantido
- C) em razão da supremacia do interesse público, não se admite que o Município figure como arrendatário em contrato de arrendamento mercantil, mesmo que tal contrato seja precedido de licitação
- D) a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça considera que a cobrança antecipada do valor residual (VRG) não é ilegal, mas descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil, transformando-o em compra e venda a prestação
- E) em razão do princípio da autonomia das entidades federadas, uma empresa estatal municipal, ao contrário das sociedades privadas, não precisa de autorização federal para operar com arrendamento mercantil, na qualidade de arrendadora

62. Sobre os conceitos básicos de Direito Empresarial, pode-se dizer que:

- A) ao criar uma empresa estatal, o Município assume a posição de empresário
- B) aviamento é o sobrevalor decorrente do potencial de o estabelecimento produzir lucros
- C) estabelecimento é o local onde o empresário exerce sua atividade, que é tutelado via ação renovatória
- D) ao contrário do estabelecimento, o fundo de comércio é integrado apenas por bens incorpóreos
- E) a sociedade empresária, tendo natureza jurídica de objeto de direito, pode ser alienada para uma terceira sociedade que venha a incorporá-la

63. Quanto à herança jacente e vacante, pode-se dizer que:
- A) tendo em vista os limites das forças da herança e o tratamento paritário que deve ser dispensado aos credores, caberá a estes aguardar o término do inventário para pedir o pagamento de seus créditos
 - B) decorridos cinco anos da abertura da sucessão, não havendo herdeiros, os bens arrecadados passarão ao domínio do Estado ou, quando situados em território federal, ao domínio da União
 - C) ainda que todos os chamados a suceder renunciem à herança, não poderá esta, desde logo, ser declarada vacante
 - D) sob pena de ficarem excluídos da sucessão, os colaterais devem se habilitar até a declaração de vacância
 - E) a declaração de vacância da herança prescinde da expedição de editais
64. Sobre os contratos em geral, é correto afirmar que:
- A) são nulos os contratos de adesão
 - B) é vedado celebrar contratos atípicos
 - C) pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva
 - D) a liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato
 - E) o princípio da boa-fé objetiva não foi adotado expressamente no direito brasileiro, visto que o Código Civil acolhe apenas a boa-fé subjetiva
65. No campo do Direito das Obrigações, é **incorreto** afirmar que:
- A) na cessão de crédito, o cedente necessariamente responde pela existência do crédito e pela solvência do devedor
 - B) a novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente de seu consentimento
 - C) a compensação se efetua entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis
 - D) a confusão pode se verificar a respeito de toda a dívida ou só de parte dela
 - E) o credor pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida
66. Sobre os contratos em espécie, é **incorreto** afirmar que:
- A) o comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis
 - B) na empreitada, a obrigação de fornecer os materiais não se presume
 - C) no mandato, não pode ser mandatário o menor entre 16 (dezesseis) e 18 (dezoito) anos, salvo se emancipado
 - D) é nula a doação quanto à parte que exceder à de que, no momento da liberalidade, poderia o doador dispor em testamento
 - E) no contrato de comissão, o objeto é a aquisição ou a venda de bens pelo comissário, em seu próprio nome, à conta do comitente

67. Sobre o negócio jurídico nulo, é correto afirmar que:
- A) nunca é passível de conversão
 - B) não é suscetível de confirmação
 - C) se confunde com o negócio anulável
 - D) a nulidade não pode ser declarada a pedido do Ministério Público
 - E) a ação para declarar a nulidade é sujeita a prazo decadencial

DIREITO TRIBUTÁRIO

68. Considerando-se os temas da obrigação tributária, pode-se afirmar que:
- A) João, Patrício, Carlos e José são solidariamente responsáveis pelo tributo XYZ, sendo certo que houve uma concessão de isenção subjetiva a José, a qual exonerou todos os co-obrigados
 - B) a denúncia espontânea é o instituto segundo o qual o contribuinte tem a possibilidade de apresentar a infração praticada ao fisco, acompanhada apenas do pagamento do tributo devido para ver excluída a sua culpabilidade
 - C) aberta a sucessão de João, seus sucessores respondem proporcionalmente com os tributos devidos pelo *de cujus* até a data da abertura da sucessão, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação
 - D) a substituição tributária é um tipo estabelecido em lei de responsabilidade tributária, que pode ser para frente ou progressiva e para trás ou regressiva, e assegurando-se, caso não se realize o fato gerador presumido, a restituição do imposto pago
 - E) as cláusulas particulares, estabelecidas entre as partes do contrato de locação, que cuidam da responsabilidade pelo pagamento de tributos devidos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, a não ser para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes
69. **Não** constitui uma competência da lei complementar tributária:
- A) estabelecer critérios especiais de tributação garantidores do equilíbrio da concorrência
 - B) evitar as invasões de competência resultantes de definições insuficientes dos fatos geradores dos impostos
 - C) disciplinar as imunidades, funcionando como norma regulamentar, sem a qual resta impossibilitada a fruição do benefício
 - D) instituir regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que será opcional aos contribuintes
 - E) definir os tributos e suas espécies, obrigação, lançamento, crédito, prescrição e outras normas gerais tributárias, incluindo a disciplina do ato cooperativo, além de poder instituir impostos e contribuições sociais de competência residual

70. Considerando-se os institutos da elisão, evasão, fraude, sonegação tributária e improbidade administrativa, **não** se pode afirmar que:

- A) patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público, constitui crime funcional contra a ordem tributária
- B) os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público estão sujeitos às penalidades na forma da lei
- C) fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal constitui crime contra a ordem tributária
- D) utilizar documento que se saiba ou se deva saber falso ou inexato, com a finalidade de suprimir ou reduzir tributo ou contribuição social e qualquer acessório, constitui crime contra a ordem tributária
- E) o agente fiscal poderá desconstituir o negócio jurídico praticado com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os princípios da discricionariedade administrativa

71. As normas relativas à Administração Tributária e ao processo administrativo-tributário estabelecem que:

- A) os critérios jurídicos adotados, no exercício do lançamento, pela autoridade administrativa, que forem modificados de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, apenas podem ser efetivados em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua modificação
- B) o lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser alterado em virtude de revisão de ofício, pela autoridade administrativa, quando deva ser apreciado fato conhecido por ocasião de lançamento anterior, podendo ser a revisão iniciada a qualquer tempo
- C) a instrução do procedimento administrativo-tributário tem como finalidade a busca da verdade formal, localizando as provas e permitindo ao contribuinte apresentar quase sempre, todos os meios de prova em seu recurso
- D) a Constituição Federal adota o sistema de jurisdição dupla, uma vez que possibilita atribuir-se definitividade às decisões proferidas em procedimentos administrativo-tributários
- E) como decorrência da discricionariedade administrativa, a administração tributária e o contribuinte podem transigir em procedimentos administrativo-tributários

72. Considerando-se os institutos do lançamento e da decadência tributários, **não** se pode afirmar que:

- A) a revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública de lançar
- B) o agente fiscal, ao lavrar o auto de infração, deve aplicar a legislação vigente à data da ocorrência do fato gerador, ainda que a lei tenha sido modificada ou revogada
- C) o lançamento por homologação, opera-se pelo ato em que a referida autoridade administrativa, tomando conhecimento da atividade exercida pelo obrigado, expressamente a homologa
- D) a revisão de ofício do lançamento tributário pode ocorrer quando se comprove a falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória
- E) o lançamento por arbitramento se caracteriza pela possibilidade de o agente fiscal obter, na forma da legislação tributária, informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação, mediante declaração idônea do sujeito passivo ou de terceiro

73. A Constituição Federal, ao traçar parâmetros a respeito da participação dos Municípios nas rendas federal e estadual, **não** institui que:

- A) os Municípios têm o direito subjetivo de receber do Estado 25% do produto do ICMS
- B) é vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos aos Municípios
- C) a União pode condicionar a entrega de recursos para os Municípios ao pagamento de créditos seus, inclusive de suas autarquias
- D) a participação dos Municípios na receita de ICMS equivale ao produto da arrecadação, deduzidas as despesas com as atividades arrecadoras e de fiscalização
- E) as parcelas de ICMS pertencentes aos Municípios serão creditadas, em sua maior parte, na proporção do valor adicionado das operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços realizadas em seus territórios

74. Tendo em vista as normas constitucionais sobre o imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS), imposto territorial rural (ITR), imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) e imposto sobre a transmissão *causa mortis* e por doação (ITD), **não** se pode afirmar que:

- A) o imposto sobre a propriedade territorial rural será progressivo, terá suas alíquotas fixadas de modo a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas e não incidirá sobre as pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel
- B) qualquer isenção relativa ao imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS) será concedida somente por lei complementar estadual que regule exclusivamente a matéria, ficando prejudicadas as deliberações dos Estados e do Distrito Federal
- C) o imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS) poderá ser seletivo e incide sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios
- D) o imposto incidente sobre a transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos compete ao Estado da situação do bem imóvel e respectivos direitos
- E) não há incidência do ICMS nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita

75. A renúncia de receita **não** compreende:

- A) a isenção em caráter geral
- B) o crédito presumido
- C) a remissão
- D) o subsídio
- E) a anistia

76. A iluminação pública do Município pode ser custeada com verbas provenientes da arrecadação de:

- A) taxa de iluminação pública
- B) impostos e taxa de iluminação pública
- C) contribuição de iluminação pública e impostos
- D) taxa de iluminação pública e contribuição de iluminação pública
- E) impostos, taxa de iluminação pública e contribuição de iluminação pública

77. Com respeito às limitações do poder de tributar, ressalvadas as exceções constitucionais, **não** é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- A) exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça
- B) cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou
- C) cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado
- D) criar tributo cujo montante corresponda a mais de um terço do valor do bem ou renda objeto da tributação, em razão de seu efeito confiscatório
- E) cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observada a proibição de cobrança no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei de instituição ou majoração

78. É vedado à União:

- A) aumentar tributo sem lei que o estabeleça
- B) instituir impostos extraordinários em caso de guerra externa
- C) cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu
- D) prever em lei complementar hipóteses de exclusão da incidência de impostos estaduais e municipais
- E) instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, salvo a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio socioeconômico entre as diferentes regiões do país

79. No curso de uma execução fiscal, se o executado parcelou o crédito por ele devido, pode se afirmar que este contribuinte:

- A) tem direito à obtenção de certidão negativa
- B) tem o seu direito à obtenção de certidão da sua situação fiscal suspenso
- C) tem direito à obtenção de certidão positiva na qual conste a existência do débito
- D) tem direito à obtenção de certidão positiva na qual conste a existência do crédito com a exigibilidade suspensa
- E) deve apresentar certidão negativa para a prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito

- 80.** O disposto nos artigos 114 e 142 do Código Tributário Nacional estabelece que:
- A) fato gerador do crédito tributário é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência, e a autoridade tributária constitui a obrigação tributária com o lançamento
 - B) fato gerador da obrigação tributária é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência, e a autoridade tributária constitui a obrigação tributária com o lançamento
 - C) fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência, e a autoridade tributária constitui o crédito tributário com o lançamento
 - D) fato gerador do crédito tributário é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática de ato que não configure obrigação principal, e autoridade tributária constitui a obrigação tributária com o lançamento
 - E) fato gerador da obrigação tributária é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe prática de ato que não configure obrigação principal, e a autoridade tributária constitui o crédito tributário com o lançamento
- 81.** Quanto ao Município competente para exigir imposto sobre serviços (ISS), pode-se afirmar que:
- A) a Lei Complementar que atualmente prescreve as normas gerais do ISS determina, como regra, a tributação no Município onde está situado o estabelecimento prestador, mas estabelece diversas exceções
 - B) o serviço de construção civil, mesmo antes da Lei Complementar que atualmente disciplina o ISS, sempre foi tributado no Município onde está situada a sede da empresa construtora, pois tal técnica favorece a fiscalização
 - C) a legislação complementar que trata do ISS sempre estabeleceu como regra a tributação no Município onde efetivamente é prestado o serviço, apesar da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça em sentido contrário
 - D) a Lei Complementar 116/03 prevê a possibilidade de o contribuinte recolher o ISS no Município em que está situado seu estabelecimento ou no local em que foi efetivamente prestado o serviço, desde que a alíquota do imposto nos dois Municípios seja idêntica
 - E) o Superior Tribunal de Justiça entende, atualmente, que vigora o princípio constitucional implícito da territorialidade, devendo a tributação se dar no Município onde está situado o estabelecimento do prestador do serviço, mesmo que o serviço tenha sido efetivamente prestado em outro Município

- 82.** Segundo a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, sobre o tema da suspensão da exibilidade do crédito tributário, pode-se afirmar que:
- A) a suspensão da exigibilidade do crédito tributário suspende o prazo para o ajuizamento da ação de execução fiscal
 - B) a suspensão da exigibilidade do crédito tributário suspende o prazo para a realização do lançamento tributário pela Fazenda Pública
 - C) a suspensão da exigibilidade do crédito tributário suspende tanto o prazo para lançar quanto o prazo para ajuizar a execução fiscal
 - D) a liminar proferida em mandado de segurança preventivo impede a constituição do crédito tributário, desde que acompanhada de depósito
 - E) apenas o depósito integral do montante exigido pela Fazenda Pública é capaz de suspender o prazo para a realização do lançamento tributário
- 83.** No que respeita aos impostos municipais, é correto afirmar que:
- A) o Supremo Tribunal Federal entendeu que a tributação diferenciada de ISS, prevista em favor das sociedades uniprofissionais, viola o princípio da proibição da concessão de isenções heterônomas, pois a lei complementar federal não pode estabelecer benefício fiscal de tributo cuja competência é municipal
 - B) o ITBI incide sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, como, por exemplo, no caso de transmissão de bens incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital
 - C) segundo entendimento jurisprudencial dominante no Superior Tribunal de Justiça, são contribuintes do IPTU o proprietário, o titular do domínio útil e o possuidor, seja ele o locatário ou o comodatário
 - D) o IPTU incide sobre bens imóveis situados em zona urbana, que é definida, por lei complementar, como toda aquela que a legislação não define como rural
 - E) a expressão “serviços de qualquer natureza” contida no inciso III do artigo 156 da Constituição da República não abrange os serviços de comunicação

84. Sobre o processo judicial tributário, é **incorreto** dizer que:

- A) o mandado de segurança repressivo pode ser impetrado após o lançamento tributário
- B) a ação de repetição de indébito é cabível no caso do pagamento do tributo, enquanto na ação anulatória o pagamento pode não ter sido efetuado
- C) a jurisprudência é pacífica no entender que a ação anulatória não pode ser proposta após o ajuizamento da execução fiscal. Neste momento só são cabíveis os embargos à execução e a exceção de pré-executividade
- D) o Superior Tribunal de Justiça tem admitido a utilização da exceção de pré-executividade para questionar execução fiscal fundada em legislação tributária reiteradamente considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal
- E) a medida liminar em ação cautelar e a tutela antecipada já eram admitidas por parte da jurisprudência como instrumentos de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, mesmo antes da expressa positivação no artigo 151 do Código Tributário Nacional

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

85. No caso de empregado que injustificadamente faltar ao serviço por 05 (cinco) dias no curso do período aquisitivo de férias, verifica-se que:

- A) não perde o direito de gozá-las por inteiro
- B) perde apenas o adicional de um terço sobre o salário normal
- C) adquire o direito a apenas 24 (vinte e quatro) dias corridos de férias
- D) perde apenas a possibilidade de conversão em pecúnia de um terço do período de férias
- E) pode ter descontado do período de férias apenas os dias de faltas injustificadas, quando não excedentes a 05 (cinco)

86. Quanto à realização de trabalho extraordinário, a CLT estabelece o seguinte:

- A) a concessão de um descanso mínimo de 15 (quinze) minutos antes do início do período extraordinário de trabalho, em qualquer caso
- B) a concessão de descanso antes do início do período extraordinário de trabalho como exigência legal específica para o trabalho do menor
- C) a concessão de um descanso mínimo de 15 (quinze) minutos antes do início do período extraordinário de trabalho no caso de prorrogação do horário normal da mulher e do menor
- D) a concessão de um descanso mínimo de 30 (trinta) minutos antes do início do período extraordinário de trabalho, apenas para a prorrogação do horário normal da mulher e do menor
- E) a concessão de um descanso mínimo de 15 (quinze minutos) quando houver qualquer prorrogação do horário normal, ainda que não seja no início do período extraordinário de trabalho

87. Quanto aos direitos sociais contidos na Carta, e mais especificamente no que respeita aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, mencionados no artigo 7º, incisos I a XXXIV da Constituição, pode-se afirmar que:

- A) são de dispositivos pétreos da Carta, não podendo ser modificados sequer por emenda constitucional
- B) constituem um elenco exaustivo e minucioso de direitos, sendo impossível o deferimento de outros através de lei ou negociação coletiva
- C) traduzem um rol meramente exemplificativo de direitos, que não poderão ser, contudo, ampliados sob pena de violação literal da Constituição
- D) constituem, em seu conjunto, normas meramente programáticas, indicando a vontade do legislador de implementar um estado do bem-estar social
- E) formam um núcleo forte de direitos, nada impedindo, contudo, que sejam ampliados, por ser o Direito do Trabalho um conjunto mínimo de regras protetoras do trabalhador

88. Considerando-se os laços entre Direito do Trabalho e Direito Penal, é **incorreto** afirmar que:

- A) se o empregado for absolvido no juízo criminal por ausência de elementos probatórios, a Justiça do Trabalho estará impossibilitada de se pronunciar com ampla liberdade, e, portanto, confirmar a pena disciplinar, se novas provas suficientes demonstrarem a culpabilidade do empregado
- B) a condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão de execução da pena constitui hipótese de justa causa
- C) os atos do empregador, no exercício do seu poder de comando, estão sujeitos ao controle pela Justiça do Trabalho
- D) não constitui coisa julgada no juízo trabalhista a decisão que julgar extinta a punibilidade
- E) pode haver ato faltoso sem haver crime que lhe corresponda

- 89.** O juízo de 1º grau julgou extinto o processo sem julgamento do mérito por entender ausente pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Contra essa decisão, foi interposto recurso ordinário, em que se discutia o tema da extinção em preliminar, adentrando-se, ainda o mérito da causa. Diante de tal situação, é correto afirmar que:
- A) em nenhuma hipótese poderá o Tribunal apreciar a matéria meritória
 - B) o Tribunal poderá agir de forma prevista no item anterior, ainda que a matéria de mérito seja fática
 - C) acolhida a preliminar, sendo a matéria de direito e estando o processo em condições de julgamento, poderá o Tribunal adentrar inclusive o mérito da demanda
 - D) acolhendo a preliminar, o Tribunal necessariamente determinaria a baixa dos autos para julgamento do mérito, evitando-se, assim, a supressão da instância
 - E) ainda que o Tribunal rejeitasse a preliminar contida no recurso, deveria adentrar o mérito, visto que toda a matéria objeto da lide deveria ser reconhecida, face o efeito devolutivo do recurso
- 90.** Sobre o tema da flexibilização das condições de trabalho, é correto afirmar que:
- A) o salário poderá ser reduzido, se assim dispuser convenção ou acordo coletivo
 - B) o salário será redutível apenas se a carga horária for proporcionalmente reduzida
 - C) o princípio da irredutibilidade é absoluto, dado o caráter tutelar do Direito do Trabalho
 - D) o salário é redutível, desde que o empregado concorde expressamente com a redução
 - E) o salário poderá ser reduzido, se houver previsão contratual neste sentido e caso se verifique conjuntura econômica adversa
- 91.** Determinado empregado foi admitido para trabalhar em banco privado, sendo que, no ato de sua admissão, assinou autorização para que fossem efetuados descontos em seus salários em decorrência de adesão a plano de seguro de vida. Considerando-se o contido na CLT e o entendimento jurisprudencial acerca do tema, pode-se afirmar que:
- A) tal estipulação é ineficaz, na medida em que afronta o contido no artigo 462 da CLT
 - B) o ajuste sobre os descontos é inválido, porquanto o princípio da intangibilidade salarial é absoluto
 - C) a pactuação é ineficaz, constituindo, ainda retenção dolosa dos salários, na forma do que é previsto na CF/88
 - D) o fato de a autorização ser concedida no ato da admissão, por si só, já gera a presunção de coação sobre o empregado, sendo os descontos inválidos
 - E) os descontos serão válidos desde que previamente autorizados por escrito, a menos que reste demonstrada a existência de coação ou de outro defeito que vicie o ato jurídico
- 92.** Um empregado trabalha há cinco anos em certa empresa, prestando habitualmente, e nos últimos 30 meses, duas horas extras diárias. O trabalho extraordinário é suprimido. Com base no que está contido nas normas da CLT e da CF/88 e no entendimento jurisprudencial do TST acerca do tema, verifica-se, neste caso, que:
- A) a supressão é válida devido ao *jus variandi*, cabendo ao empregador a condução dos negócios empresariais
 - B) a medida não pode ser considerada inválida, já que a supressão do extraordinário atende o interesse do empregado
 - C) a medida empresarial é correta: a incorporação ao salário só ocorreria se as horas extras houvessem sido prestadas nos últimos 36 meses
 - D) a supressão assegurará ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de um mês das horas suprimidas para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de trabalho extraordinário
 - E) a supressão é ineficaz: o valor das duas horas extras suprimidas deverá ser incorporado ao salário a partir do momento em que deixaram de ser pagas, observando-se a média das horas extras prestadas nos últimos seis meses
- 93.** Com respeito aos princípios que orientam a interpretação das normas trabalhistas, pode-se afirmar que:
- A) a reversão do empregado ocupante de função de confiança ao cargo efetivo viola o princípio da inalterabilidade contratual
 - B) o princípio da autonomia da vontade é limitado, no campo trabalhista, pelas normas previstas na CLT e em leis esparsas
 - C) o princípio trabalhista tutelar não se aplica ao empregado público em face do interesse da Administração
 - D) o princípio da irrenunciabilidade somente se aplica no momento da formação do contrato de trabalho
 - E) o princípio da realidade apenas se aplica na falta de forma escrita do contrato de trabalho
- 94.** No que tange à duração do trabalho, verifica-se que:
- A) o regime de compensação de jornada pode ser estabelecido por acordo individual ou coletivo, expresso ou tácito
 - B) de acordo com a Constituição Federal, é válido o acordo individual firmado pelo empregado para redução da jornada de trabalho
 - C) os intervalos concedidos pelo empregador na jornada de trabalho, sem obrigatoriedade legal, são considerados como tempo à disposição da empresa
 - D) não se pode falar em turnos ininterruptos de revezamento se a empresa não tem atividade no domingo, dia que destina ao repouso semanal remunerado de todos os seus empregados
 - E) as horas que excedem a jornada normal noturna não são consideradas horas extras noturnas, se prestadas após as cinco horas da manhã

95. Empresa Pública Municipal celebrou acordo coletivo de trabalho com o sindicato que representa a categoria profissional de seus empregados. O referido acordo envolveu todos os empregados da empresa. Neste mesmo período, a referida Empresa Pública editou seu Regulamento Interno. Em determinado momento, a Empresa Pública teve dúvida quanto ao cumprimento de suas normas, uma vez que o acordo estabelecia que a jornada de trabalho dos empregados seria de 8 (oito) horas diárias, com adicional de horas extras no percentual de 70%, enquanto que o Regulamento da Empresa Pública estabelecia que a jornada de trabalho dos empregados seria de 8 (oito) horas diárias com adicional de horas extras no percentual de 50%. Diante do acima exposto, é correto afirmar:

- A) o que deve prevalecer é o Regulamento da Empresa Pública, visto que a Administração Indireta deve reger-se por seus estatutos
- B) deve-se aplicar a regra do acordo coletivo, já que é postulado básico do Direito do Trabalho a aplicação da norma mais favorável ao empregado
- C) a Empresa Pública Municipal não poderia participar de acordo coletivo, já que a Administração Pública não possui sindicato patronal representativo de sua categoria
- D) o adicional de horas extras pactuado no acordo coletivo é inconstitucional, visto que a Constituição Federal estabelece que as horas extras serão remuneradas com adicional de 50%
- E) a Empresa Pública Municipal não poderia ter participado do acordo coletivo com o sindicato de seus empregados, já que, muito embora a esta se aplique a Consolidação das Leis Trabalhistas, a Administração Pública se rege pelo princípio da legalidade

96. Sobre o empregado público admitido pelo Município de Nova Iguaçu em 10/03/82, sem concurso público, é correto afirmar que:

- A) pode ser demitido sem justa causa, tendo em vista, a aplicação da CLT aos empregados públicos
- B) possui direito a ser reintegrado em razão de invalidação de sua demissão por sentença judicial
- C) não possui estabilidade no emprego público, pois a mesma é assegurada aos detentores de cargos públicos, conforme artigo 41 da Constituição Federal
- D) seu vínculo jurídico com a Administração Pública é nulo, porque não houve prévio concurso público, conforme dispõe o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal
- E) não possui estabilidade, podendo, inclusive, ser demitido sem justa causa, pois os empregados públicos se submetem ao regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, conforme artigo 173, § 1º, inciso II, da Constituição Federal

97. Quanto ao tema equiparação salarial é correto afirmar, com base no contido na CF/88, artigo 461 da CLT, e Enunciados do TST, que:

- A) o princípio constitucional da isonomia é absoluto, em sede de Direito do Trabalho, desde que o equiparando e o modelo exerçam as mesmas funções
- B) o fato de o modelo ter exercido as funções em outras empresas anteriormente é dado objetivo que impede, de início, a pretensão isonômica
- C) o fato de o paradigma ter obtido um **plus** salarial em virtude de decisão judicial não afasta, por si só, a equiparação pretendida em sede judicial
- D) a equiparação é devida, desde que as funções sejam absolutamente idênticas e o tempo de serviço na empresa não seja superior a dois anos
- E) a existência de quadro de carreira exclui, por si só, a possibilidade da equiparação

98. No que respeita a remuneração e salário, pode-se afirmar que:

- A) a remuneração do empregado pressupõe sempre o pagamento direto pelo empregador
- B) a natureza salarial da utilidade concedida ao empregado pelo empregador depende de sua finalidade
- C) é válida a cláusula contratual que fixa importância única para atender englobadamente aos possíveis direitos legais ou contratuais do empregado, desde que o valor previsto seja razoavelmente suficiente para tal fim
- D) o empregado público de um determinado Município pode pleitear equiparação salarial a empregado público de outro Município, desde que pertençam à mesma região metropolitana, para atendimento do requisito de “mesma localidade”
- E) o acordo coletivo de trabalho celebrado entre o Prefeito Municipal e o sindicato representante, concedendo aumento salarial aos empregados públicos, somente tem validade se não exceder os limites orçamentários para a despesa de pessoal

99. Sobre a suspensão e interrupção do contrato de trabalho, é correto afirmar que:

- A) o afastamento decorrente de doença, a partir do 16º dia, constitui causa interruptiva do contrato de trabalho
- B) a suspensão do empregado por mais de 30 dias consecutivos importa na rescisão com justa causa do contrato de trabalho
- C) a falta ao serviço por 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento, constitui suspensão do contrato de trabalho
- D) o empregado que for aposentado por invalidez terá suspenso o seu contrato de trabalho durante o prazo fixado pelas leis de previdência social para a efetivação do benefício
- E) ao empregado afastado do emprego, por causas interruptivas ou suspensivas do contrato de trabalho, não serão asseguradas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa

100. Sobre a prescrição no Direito do Trabalho, é correto afirmar que:

- A) a reclamação trabalhista arquivada não interrompe a prescrição
- B) contra os menores corre prazo de prescrição quanto ao direito de ação para a cobrança de créditos resultantes das relações de trabalho
- C) nas ações que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social, aplica-se o prazo prescricional trabalhista
- D) o direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho rural ou urbano prescreve em 5 (cinco) anos, até o limite de 2 (dois) anos após a extinção do contrato de trabalho
- E) o direito de ação quanto a créditos trabalhistas resultantes das relações de trabalho rural prescreve em 2 (dois) anos, até o limite de 5 (cinco) anos após a extinção do contrato de trabalho